

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Processo Seletivo para Contratação de Consultor Pessoa Física

Termo de Referência - Modalidade Produto

1. Identificação do Projeto

1.1. **Título:** cálculo do Fator Y.

1.2. **Instituição Executora:** Ministério da Economia.

1.3. **Organismo Internacional cooperante:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

2. Objetivo da consultoria

O principal objetivo do presente Termo de Referência é contratação de pessoa física (consultor) para cálculo do Fator Y para o ano de 2021, um dos elementos que compõem a fórmula do ajuste anual de preços dos medicamentos comercializados no mercado brasileiro, nos termos da Lei nº 10.742/2003, regulamentada pela Resolução CMED nº 1/2015.

3. Contexto da contratação

No Brasil, a regulação econômica do mercado de medicamentos é feita pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), a qual foi criada pela Medida Provisória nº 123/2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.742/2003. A CMED substituiu a extinta Câmara de Medicamentos (CAMED), absorvendo e ampliando suas atribuições.

Conforme estabelecido pelo regimento interno e pelo Decreto nº 4.766/2003, a CMED é formada pelos seguintes órgãos: Conselho de Ministros, Comitê Técnico-Executivo e Secretaria-Executiva.

1. Conselho de Ministros: composto pelos Ministros (i) da Saúde (que preside o Conselho), (ii) da Fazenda, (iii) da Justiça, (iv) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)¹ e (v) pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

2. Comitê Técnico-Executivo (CTE): composto pelos Secretários (i) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (que o coordena), (ii) da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, (iii) da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, (iv) da Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior² e (v) pelo Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República.

3. Secretaria-Executiva: exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em decorrência da reestruturação organizacional do Poder Executivo Federal, atualmente o Ministro de Estado da Economia compõe o Conselho de Ministros, em substituição aos extintos Ministério da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Nesse linha, o Secretário de Estado da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE), vinculada ao Ministério da

¹ Incluído pelo Decreto nº 5.022/2004.

² Idem.

Economia compõe o CTE/CMED, em substituição à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e à Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Nos termos da Lei nº 10.742/2003, os medicamentos fazem jus a um ajuste (reajuste) anual de preços, o qual se baseia em um modelo de teto de preços calculado a partir de um índice, um fator de produtividade e um fator de ajuste de preços relativos intra-setor e entre setores.

Conforme dispõe o art. 4º, §§ 2º, 3º e 4º, da referida Lei:

1. O índice utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. O fator de produtividade, expresso em percentual, é o mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio dos preços dos medicamentos, projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras de medicamentos.

3. O fator de ajuste de preços relativos, expresso em percentual, é composto de duas parcelas:

3.1 A parcela do fator de ajuste de preços relativos intra-setor, que será calculada com base no poder de mercado, que é determinado, entre outros, pelo poder de monopólio ou oligopólio, na assimetria de informação e nas barreiras à entrada; e

3.2 A parcela do fator de ajuste de preços relativos entre setores, que será calculada com base na variação dos custos dos insumos, desde que tais custos não sejam recuperados pelo cômputo do índice previsto no § 2º deste artigo.

Ainda nos termos da Lei nº 10.742/2003, compete à CMED propor critérios de composição dos fatores do ajuste anual dos preços dos medicamentos, bem como o grau de desagregação de tais fatores, seja por produto, por mercado relevante ou por grupos de mercados relevantes.

Nesse sentido, foi publicada a Resolução CMED nº 1/2015, que estabelece a seguinte fórmula para o ajuste dos preços dos medicamentos:

VPP = $IPCA - X + Y + Z$, em que:

VPP = variação percentual do preço do medicamento;

IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE;

X = fator de produtividade repassado ao consumidor, calculado pela SEAE/ME;

Y = fator de ajuste de preços relativos entre setores, calculado pela SEAE/ME; e

Z = fator de ajuste de preços relativos intrasetor, calculado pela Secretaria-Executivo da CMED em função do Fator X.

O art. 3º, da Resolução CMED nº 1/2015 dispõe que o Fator Y é expresso em percentual e calculado com base na variação dos custos dos insumos não recuperados pelo cômputo do IPCA.

O Fator Y tem como objetivo ajustar os preços relativos entre o setor farmacêutico e os demais setores da economia, para minimizar o impacto dos custos não recuperáveis pela aplicação do IPCA.

As variáveis consideradas para a composição dos índices de custos não recuperados são:

1. Variação do custo com a importação de insumos (como *proxy* desse custo se utiliza a variação do câmbio)
2. Variação das tarifas públicas (como *proxy* desse custo se utiliza a variação da tarifa de energia elétrica).

4. Produtos Esperados

Os produtos a serem apresentados pelo consultor como resultado das atividades desenvolvidas estão descritos abaixo:

Produto 1: Relatório contendo Manual com metodologia atualizada de cálculo do Fator Y que compõe a fórmula do ajuste anual de preços dos medicamentos

O relatório deve conter: (i) apresentação do cálculo conforme a metodologia atual, nos prazos definidos; (ii) cálculo da metodologia atual considerando dados da série histórica, para avaliar o comportamento do Fator Y; (iii) apresentação da metodologia final em power point; e (iv) elaboração de manual com o passo a passo da nova metodologia, como referência para o treinamento de futuros servidores.

Conteúdo complementar: elaboração de Nota Técnica metodológica; disponibilização dos scripts (programação) elaborados e da memória de cálculo, de forma organizada; apresentação dos resultados em power point, para o Comitê Técnico-Executivo da CMED (CTE/CMED).

Produto 2: Treinamento de servidores para calcular Fator Y, por meio de software estatístico específico

O Treinamento de 60 horas, que deve incluir: (i) módulo básico com manipulação de bases de dados e operações no software R, incluindo manual; (ii) módulo intermediário de 20 horas com manipulação de bases de dados e operações no software R, incluindo manual; (iii) exercícios práticos de manipulação de bases de dados, incluindo a disponibilização de bases de dados públicas para sua realização; (iv) conceitos teóricos de estatística e econometria, incluindo manual; (v) exercícios práticos de estatística e econometria, incluindo a disponibilização de bases de dados públicas para sua realização e simulações de cálculo do Fator Y na nova metodologia; (vi) disponibilização de todos os scripts (programações) comentados do instrutor, para registro e referência futura. O Treinamento poderá ocorrer de forma presencial ou à distância, a critério da Administração.

5. Atividades

Para desempenhar as atividades, o consultor contratado terá de possuir experiência em econometria ou estatística, em modelos de precificação de setores regulados e na utilização do software estatístico R. O consultor precisará repassar o conhecimento tanto teórico quanto prático aos servidores da casa, que serão indicados pela Secretaria, ensinando-os conceitos básicos e intermediários de manipulação de bases de dados e de estatística por meio do software R, além do cálculo dos fatores em si. Além de toda a documentação apresentada a seguir, destaca-se que o consultor deverá deixar os *scripts* (programação) à disposição da Instituição, de forma organizada, como referência para consulta futura.

Para a execução dos produtos listados acima, o consultor deverá realizar as seguintes atividades:

- a) Reunir-se regularmente com o responsável pelo acompanhamento do projeto na Unidade e sua equipe, de forma presencial ou virtual, a critério da Instituição, sempre que esta considerar oportuno;
- b) Participar de reuniões, eventos e seminários sobre o tema com representantes de outros órgãos de governo, de forma presencial (Brasília/DF) ou virtual, a critério da Instituição, sempre que solicitado;
- c) Apresentar uma versão inicial de cada produto 10 (dez) dias úteis antes da data acertada contratualmente, para discussão e validação da equipe de acompanhamento do projeto;
- d) Apresentar o andamento dos trabalhos e as atividades realizadas sempre que solicitado;
- e) Solicitar reunião com antecedência mínima de 15 dias previamente à entrega de cada produto para discutir os achados e a estrutura do trabalho, como forma de obter orientação;
- f) Reunir-se com atores de governo ou do setor privado, fazer entrevistas, realizar pesquisas e levantar referências bibliográficas e estudos necessários à consecução dos produtos;
- g) Redigir os *scripts* (programação) de forma organizada, de tal forma que seja possível calcular o Fator Y rodando unicamente esses scripts;
- h) Preparar o material para o curso no software R, sempre citando a referência e obtendo autorização nos trechos produzidos por terceiros;
- i) Entregar cópia das planilhas, tabelas e gráficos em Excel, quando elaborados pelo consultor;
- j) Apresentar a metodologia e os resultados do Fator Y internamente e, se solicitado, ao Comitê Técnico-Executivo da CMED, preparando apresentação em *powerpoint* para essa finalidade;
- k) Elaborar Notas Técnicas e Notas Informativas que subsidiarão a publicação dos cálculos dos fatores pela CMED;
- l) Redigir todos os produtos previstos no contrato, vedada a terceirização.

6. Subdivisão dos produtos

Prod.	Descrição do Produto	Valor (% do Total)	Prazo de Entrega
1	Relatório contendo Manual com metodologia atualizada de cálculo do Fator Y que compõe a fórmula do ajuste anual de preços dos medicamentos	50%	até 30 dias após a assinatura do contrato.
2	Treinamento de servidores para calcular Fator Y, por meio de software estatístico	50%	até 180 dias após a assinatura do contrato.

Total	100%	até 180 dias após a assinatura do contrato.
--------------	-------------	--

Total do projeto: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

7. Critérios de aceitação dos produtos

- Os produtos deverão incluir as orientações técnicas dadas pela equipe técnica da unidade de acompanhamento dos projetos quando da análise e da validação das minutas de produto apresentadas, exceto se devidamente justificadas pelo consultor;
- Cada parcela do produto deverá ser entregue impresso e em meio eletrônico, em formato discutido e aprovado previamente com o Ministério;
- Cada parcela do produto deverá ser redigida de forma clara, objetiva e deverá conter referências bibliográficas e fontes das informações mencionadas, conforme normas da ABNT. Tabelas e gráficos copiados de outros estudos deverão ser legíveis e indicarem a referência bibliográfica;
- Cada parcela do produto, a ser entregue de acordo com os prazos previstos na tabela constante do item 6 deste Termo de Referência, deverá ser aprovada pelo responsável pelo conteúdo técnico do Produto e validada por seu supervisor. A análise considerará tanto a qualidade das informações e a adequação de forma do produto apresentado, quanto o método de transferência dos conhecimentos para a equipe técnica do Ministério.
- A entrega dos produtos poderá ser antecipada, em comum acordo com o Ministério, preservando-se os requisitos de qualidade dos produtos e a precedência entre os diferentes subprodutos previstos no item 6 deste Termo de Referência.
- Ao final do contrato, o responsável pelo conteúdo técnico do Produto deverá elaborar documento com avaliação do trabalho desenvolvido pelo consultor. Além da assinatura do responsável pelo conteúdo técnico do produto, a avaliação deverá ser assinada pelo dirigente da respectiva área.

8. Critérios de Avaliação dos Candidatos

8.1. Requisitos Obrigatórios

- Diploma de nível superior ou pós-graduação reconhecido pelo MEC em Economia, Estatística ou Matemática;
- Compreensão de textos em língua inglesa em nível avançado;
- Conhecimento avançado na manipulação de bases de dados e em programação utilizando o software estatístico R;
- Experiência profissional mínima de 3 anos de trabalho em área de saúde.

8.2. Requisitos Classificatórios

- Desejável pós-graduação ou mestrado utilizando métodos quantitativos;

- Experiência profissional em mercados regulados, em especial o de medicamentos;
- Experiência profissional manipulando base de dados, estatísticas e cálculos econométricos no software R.

Critérios	Pontuação	Pontuação máxima
Obrigatórios		
<ul style="list-style-type: none"> • Diploma de nível superior ou pós-graduação reconhecido pelo MEC em Economia, Estatística ou Matemática; • Compreensão de textos em língua inglesa; • Conhecimento avançado na manipulação de bases de dados e em programação utilizando o software estatístico R; • Experiência profissional mínima de 3 anos de trabalho em área de saúde. 	30	30
Classificatórios		
Desejável pós-graduação ou mestrado utilizando métodos quantitativos;	Pós-graduação (5 pts) Mestrado (10 pts)	10
Experiência profissional em mercados regulados, em especial o de medicamentos;	2 pts/ano	10
Experiência profissional manipulando base de dados, estatísticas e cálculos econométricos no software R;	2 pts/ano	10
Subtotal	-	60
Entrevista	Mínimo de 20 pts	40
Total	-	100

8.3. Processo Seletivo

Os candidatos serão classificados mediante processo seletivo composto de duas fases. A primeira fase compreende a análise curricular e valerá 60 pontos. A segunda fase consistirá em entrevista, que valerá 40 pontos. A pontuação final do processo seletivo, somando-se as pontuações das duas fases, totalizará o máximo de 100 pontos.

- **Análise do *Curriculum Vitae*:** os currículos válidos recebidos dentro do prazo serão classificados por meio de critério objetivo de pontuação que considerará a obtenção de títulos acadêmico-profissionais e a experiência profissional, conforme tabela do item 8.2.
- **Entrevista técnica:** os 5 (cinco) candidatos que obtiverem as melhores pontuações na análise do *Curriculum Vitae* serão convocados, por correio eletrônico, para entrevista técnica, que terá lugar na sede do Ministério, em Brasília (DF), ou, alternativamente, poderá ser realizada de maneira remota, por meio de contato telefônico, de instrumentos e softwares de teleconferência ou por videoconferência, a critério da Instituição. Em caso de empate entre candidatos classificados na quinta colocação, convocar-se-ão ambos para participarem da entrevista;
- A entrevista será realizada por Comissão de Avaliação composta por, no mínimo, 3 (três) funcionários do Ministério. O candidato aprovado deverá obter, no mínimo, 20 pontos válidos durante a entrevista. Na ocasião, serão avaliados do candidato os seguintes requisitos: disponibilidade, objetividade e clareza na apresentação de ideias e domínio do tema.

9. Prazo de Execução

O prazo para realização dos trabalhos e entrega dos produtos é de **6 (seis) meses**, contados a partir da data de assinatura do contrato, sendo esse prazo passível de prorrogação, em comum acordo entre o Ministério e o consultor.

Ao término do prazo do contrato, pode ocorrer de não estarem disponíveis publicamente os indicadores utilizados no cálculo do Fator Y previsto para o ano de 2021. Nesse caso, é importante o CONSULTOR buscar dados históricos e simular o cálculo com esses dados, para treinamento e registro. Se porventura houver prorrogação do prazo final por qualquer motivo, o CONSULTOR deverá atualizar a matriz de dados e fazer o cálculo real.

10. Condições de Pagamento do Produto

O pagamento do Produto é condicionado à efetivação das entregas previstas no item 4 (subdivisão do produto), consideradas as orientações do item 6, acima, bem como à aprovação das parcelas do Produto por parte do responsável por seu conteúdo técnico e de seu supervisor.

11. Esclarecimentos e Informações adicionais

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica qualquer relação de vínculo trabalhista com a instituição executora do projeto. As relações contratuais no âmbito do Projeto BRA/12/018 são regidas pelo Decreto nº 5.151/2004 e pela Portaria nº 717, do Ministério das Relações Exteriores.

Os custos com diárias e passagens serão de responsabilidade do consultor.

Os interessados em participar do processo seletivo a que se refere este Termo de Referência deverão encaminhar, até o dia 07/02/2022, impreterivelmente, mensagem eletrônica com currículo padrão para o endereço cogis.seae@economia.gov.br. O título da mensagem deverá conter menção ao número do edital e do perfil a que o candidato pretende habilitar-se.

▪ Nome do responsável pela supervisão dos trabalhos:

Nome: Andrey Vilas Boas de Freitas

Cargo: Subsecretário de Advocacia da Concorrência

▪ Nome do titular da unidade solicitante:

Nome: Geanluca Lorenzon

Cargo: Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade